

A INTERDISCIPLINARIDADE, A ARTE E A CULTURA POPULAR NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

MARCELINO, Leonardo

PIBIC/ UNIUBE, leonardo.marcelino@hotmail.com

ABREU-BERNARDES, Sueli Teresinha

REDECENTRO/UNIUBE, abreubernardes@gmail.com

RESUMO: Este texto relata atividades de iniciação científica no Observatório da Educação Interdisciplinaridade na Educação Básica: estudos por meio da arte e da cultura popular, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), realizado na Universidade de Uberaba-UNIUBE. Voltado ao estudo das políticas públicas educacionais para a educação básica, tem por objetivo identificar a menção à interdisciplinaridade, à arte e à cultura popular na legislação e nos documentos oficiais que expressam tais políticas. As questões norteadoras são: há menção às práticas interdisciplinares, à arte e à cultura popular nas legislações e documentos oficiais nas esferas federal e estadual relacionadas à educação básica? O mesmo ocorre no âmbito municipal? Em caso afirmativo, quais são e o que preveem? Que conceito de interdisciplinaridade eles expressam? Adota-se uma metodologia para o desenvolvimento deste estudo que abrange um levantamento bibliográfico, uma pesquisa documental e uma pesquisa na internet, em duas etapas. Na primeira, estudam-se os dados relativos ao estado mineiro e à federação. Na segunda etapa, serão estudados o plano de educação e as diretrizes curriculares municipais. Os dados obtidos são quantificados em termos de ocorrência e analisados em uma abordagem qualitativa. Os documentos são obtidos por meio do portal do Ministério da Educação e da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. Posteriormente, as análises na rede municipal serão realizadas na Secretaria Municipal de Educação. Os pressupostos teóricos que embasam as análises sobre as políticas educacionais para a educação básica são os de Garcia (2008) e Dourado (2007); sobre a interdisciplinaridade, Fazenda (1999, 2002, 2003, 2008); sobre cultura popular, Brandão (1985, 2007). As questões da interdisciplinaridade e das relações arte e educação são igualmente objeto de leitura, a partir do referencial teórico selecionado sobretudo em Barbosa (2001). Os resultados iniciais abrangem a leitura da atual Constituição Federal Brasileira, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96, do Plano Nacional de Educação (lei 10.172/01) e, ainda, do documento oficial relativo aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) da educação básica. Para a compreensão do sentido da cultura popular, iniciou-se um levantamento de vídeos disponíveis na internet sobre expressões da cultura popular mineira, mais especificamente do município de Uberaba-MG e um estudo da bibliografia escolhida. Os dados, apesar de iniciais, apontam para a necessidade de compreensão dos conceitos para facilitar a sua identificação nos documentos.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade. Arte. Cultura Popular. Educação Básica. Políticas Educacionais.

A ARTE, A CULTURA E A INTERDISCIPLINARIDADE NA PERSPECTIVA DA LEGISLAÇÃO DE EDUCAÇÃO BÁSICA

A Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/96, em seu Art.1º, define que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Seres humanos se organizam em sociedades, convivem entre si, manifestam sentimento, usam a natureza e dela produzem instrumentos para seu trabalho. A principal característica que nos diferencia dos outros seres é a linguagem. Começamos a usar a linguagem não verbal, mas a partir do momento em que deixamos simplesmente de balbuciar, damos um salto qualitativo em termos de cultura.

Dando um significado ao termo Cultura, Brandão (2008) diz que:

Tudo aquilo que criamos a partir do que nos é dado, quando tomamos as coisas da natureza e as recriamos como os objetos e os utensílios da vida social representa uma das múltiplas dimensões daquilo que, em uma outra, chamamos de: cultura. O que fazemos quando inventamos os mundos em que vivemos: a família, o parentesco, o poder de estado, a religião, a arte, a educação e a ciência, pode ser pensado e vivido como uma outra dimensão. (p.22)

A sociedade elitizada impõe uma cultura para o povo e não uma cultura do povo, com o povo e para o povo. E assim criou-se, de acordo com Brandão (2008, p.54), uma reprodução social da desigualdade, em que a cultura popular virou sinônimo de folclore. Com a criação de uma Cultura Popular, a ideia de conscientização e organização política e militante dos trabalhadores rurais e urbanos surge para construir a política de uma cultura popular libertadora.

Então, segundo Brandão (2007):

A Educação é uma prática social (como a saúde pública, a comunicação social, o serviço militar) cujo fim é o desenvolvimento do que na pessoa humana pode ser aprendido entre os tipos de saber existentes em uma cultura, para a formação de tipos de sujeitos, de acordo com as necessidades e exigências de sua sociedade, em um momento da história de seu próprio desenvolvimento. (p.33)

O art. 206 da Constituição Federal de 1989 diz que o ensino será ministrado com base nos princípios da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber. Com relação aos conteúdos mínimos para o ensino fundamental, no art. 210

está estabelecido que esses conteúdos devem assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) surgem com a proposta de nortear o Ensino no Brasil, tornando-se um referencial comum que, de acordo com a região e a necessidade local, pode ser adaptado para se conseguir melhor desempenho da qualidade do ensino. Um de seus objetivos gerais referentes à cultura diz que:

É necessário conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais (BRASIL, 1997).

Fazenda (2001, p.42), lança-nos uma palavra de ordem, no final do século passado e conseqüentemente neste início de século: a interdisciplinaridade. A principal tônica é o diálogo e sua marca fundamental é o encontro, a reciprocidade. A interdisciplinaridade surge para tentar aniquilar a fragmentação da ciência em partes isoladas, pois o ser humano só se conhece na sua totalidade. Não há como manter uma disciplina afastada de outra, pois elas se interagem na prática. E não há, por exemplo, como não falar do período da Ditadura Militar, sem nos referirmos às Artes (música, especialmente a MPB; pinturas; literatura e outros), à Cultura (movimentos sociais e políticos contra a repressão), à História vinculada à Geografia, ao ensino de Língua Portuguesa que foi o meio usado para comunicar sua indignação por meio de cartazes e do uso de metáforas nas letras de música e nas poesias.

Mas interdisciplinaridade é muito mais que isso, é, pois, desenvolver nos alunos o instinto de pesquisadores. É, por exemplo, dar um tema aos alunos e pedir a eles que pesquisem a relação desse tema com as outras disciplinas, é pesquisar como esse tema relaciona com sua vida.

O termo interdisciplinaridade, de acordo com García (2001), está presente nos PCN com significados diversos: abordagem epistemológica, modo de articular conteúdos, forma de contribuição das disciplinas, forma de organizar as disciplinas em projetos, perspectiva de reorganização curricular, instrumento para articular conhecimentos e processo de integração das disciplinas. Não há, em nenhum dos textos dos PCN, um comprometimento, em particular, com determinada abordagem teórica em relação ao conceito de interdisciplinaridade.

Se considerarmos as referências bibliográficas mencionadas naqueles documentos, relativas particularmente à interdisciplinaridade, verificamos que em sua totalidade refletem apenas parcialmente, em conteúdo e atualidade, o conjunto consideravelmente amplo das publicações editadas em língua estrangeira, particularmente em inglês, francês e espanhol. Além

disso, mesmo alguns dos principais textos sobre interdisciplinaridade, então disponíveis na literatura educacional brasileira, não foram contemplados na construção dos PCNs. (GARCÍA, 2008)

De acordo com Fazenda (2008), executar uma tarefa interdisciplinar pressupõe, antes de mais nada, um ato de perceber-se interdisciplinar.

Um processo de intervenção seja na escola de 1º grau, 2º grau ou superior, que não saiba partir do que já existe, que procure romper com o passado de práticas já consolidadas, que desorganize o que já está organizado, que desconsidere os conteúdos tradicionalmente trabalhados tende rapidamente à falência, pois rompe com o movimento natural da história. (FAZENDA, 2008)

No que se refere ao ensino de Artes, a LBD 9394/96 diz que o ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos. No entanto, Barbosa (2001) ressalta que essa obrigatoriedade não é suficiente para garantir a existência da Arte no currículo. Somente a ação do professor pode torná-la essencial para favorecer o crescimento individual e o comportamento dos cidadãos. Entre os argumentos dos que defendem o ensino de Artes estão o desenvolvimento moral da sensibilidade e criatividade, forma de recreação, Arte-Educação como artifício para ornamentação da escola, apoio da aprendizagem e memorização dos conteúdos de outras disciplinas e benefício para acalmar e relaxar.

Para Barbosa (2001), a leitura das obras de Arte envolve o questionamento, a busca, a descoberta e o despertar do senso crítico dos alunos, pois vivemos num mundo tão rodeado de imagens e não temos tempo para assimilá-las. Nesse contexto, é importante desenvolver a competência de saber ver e analisar as imagens para que elas adquiram significados. É importante conhecer todos os meios tradicionais e, também, os tecnológicos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Mae. **John Dewey e o ensino da Arte no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.

----- **Inquietações e mudanças no Ensino da Arte**. São Paulo: Cortez, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

----- **O que é Educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

FAZENDA, Ivani (org.). **A virtude da força nas práticas interdisciplinares**. Campinas, SP: Papirus, 1999.

----- **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

----- **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa.** 15. Ed. Campinas, SP: Papirus, 2008.

----- (org.). **O que é interdisciplinaridade?**. São Paulo: Cortez, 2008.

GARCIA, Joe. **A interdisciplinaridade segundo os Pcms.** Revista de Educação Pública, v.17, n. 35, p. 363-378, set./dez. 2008. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/494>. Acessado em 13 de maio de 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **O conhecimento pedagógico e a interdisciplinaridade: o saber como intencionalização da prática.** In: FAZENDA, Ivani (Org). Didática e interdisciplinaridade. Campinas: Papirus, 2001.

